

/ PALAVRA DO LEITOR

Aeroporto de Torres

A expectativa em torno da entrada do aeroporto de Torres na malha aérea comercial segue mobilizando investimentos públicos e estratégias de desenvolvimento regional no Litoral Norte gaúcho (Caderno especial Mapa Econômico, edição de 30/06/2026). Já passou da hora do Litoral Norte ter um aeroporto com voos comerciais pelo menos três vezes por semana. Se reunir os municípios do entorno, passa de 500 mil habitantes, então os prefeitos da região deveriam se juntar para fazer esse sonho se tornar realidade. (Eduardo Alves)



Aeroporto de Torres II

Acompanho a aviação há 44 anos. Nenhuma companhia aérea vai investir onde não existe demanda ou existe um aeroporto que funcione regularmente próximo. O custo da aviação é em dólar e o lucro em real. (Cleverson Antonio)

Prevenção contra cheias

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, afirmou que a responsabilidade na proteção contra cheias tem de ser compartilhada entre os governos atuais e anteriores (JC, 07/07/2026). Passados dois anos, muito pouco foi feito para evitar novas enchentes e inundações. A cada chuva, ficamos com o coração na mão. Não precisa que haja uma precipitação pluviométrica intensa para que tenhamos vários pontos de Porto Alegre e demais cidades novamente alagadas. Enquanto não se tomar as devidas providências em dragar os rios que compõem as bacias do Guaíba e do rio Uruguai, estaremos sempre vulneráveis a novas tragédias semelhantes à ocorrida em maio de 2024. (Paulo Pereira Vargas)

Plano Diretor

O prefeito Sebastião Melo recebeu na sexta-feira, 10 de julho, o texto final do novo Plano Diretor de Porto Alegre, lei que rege o planejamento urbano da cidade, aprovada em abril de 2026 na Câmara Municipal (JC, 10/07/2026). Espero que o Plano Diretor auxilie bairros como o Centro Histórico ou o 4º Distrito, pois estão sofrendo muito. (Cláudio Cardoso)

Orla do Lami

A prefeitura de Porto Alegre concluiu a revitalização da Orla do Lami, na Zona Sul, com cerca de 1,3 quilômetro de extensão do calçadão, que recebeu investimentos de R\$ 7,5 milhões (JC, 07/07/2026). Sugiro que sejam construídas quadras esportivas para vôlei, futebol, futevôlei, handebol e outros esportes na areia na Orla do Lami. Tem custo baixo e a população aproveita. (Tabajara Alves Branco)

Orla do Lami II

Parabéns pela revitalização na Orla do Lami, é uma ótima notícia. (Antonio Zago)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

O papel histórico dos sindicatos empresariais

Luiz Henrique Hartmann

Tema central desta temporada, o eventual fim da escala 6x1 é uma das muitas questões que reforçam a relevância que os sindicatos empresariais mantêm historicamente no Brasil ao acompanhar a evolução das relações de trabalho. O debate sobre jornada e modelos de escala reforça o papel dessas entidades na construção de soluções coletivas, marcadas pelo equilíbrio de interesses que contribuíram, inclusive, para a evolução da própria legislação trabalhista que temos hoje.

A parte de qualquer discordância, o momento atual é uma oportunidade para que o viés técnico prevaleça e que as particularidades - e, portanto, as necessidades - de cada setor produtivo sejam consideradas. Embora atuem em sinergia, agricultura, indústria, atacado, comércio e serviços possuem dinâmicas distintas e que dependem de jornadas flexíveis.

Para o setor atacadista, que somente no RS reúne mais de 18 mil empresas e 120 mil trabalhadores que respondem por 5,6% do PIB gaúcho, isso não é diferente, mesmo porque trata-se de um ecossistema que opera como elo entre as cadeias produtivas que sustentam a economia.

Da forma que está posta, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) vê o todo sem, de fato, enxergar suas partes. É dela, aliás, que nasce o diálogo, a conciliação. Trata-se de um traço, aliás, presente na própria Reforma Trabalhista de 2017,

que incorporou a possibilidade de diferentes formatos de contratação.

Tanto como ocorreu lá quanto agora, temos a oportunidade de fazer da negociação coletiva o instrumento mais assertivo para a conciliação de interesses, favorecendo adequações setoriais negociáveis que, inclusive, ofereçam luz às tendências comportamentais de uma nova geração.

Diante de um cenário ainda indefinido, ao menos três certezas predominam. A primeira, é que as mudanças são uma constante na vida - e no mundo do trabalho. Adaptar-se a elas, portanto, deixou de ser um diferencial competitivo para se tornar uma necessidade. A segunda, é que toda e qualquer medida impositiva de viés genérico que não se atenta à diversidade do ecossistema que se propõe a atender, dificilmente tem saldo positivo no longo prazo. A terceira é que o diálogo entre empresas, trabalhadores e entidades representativas continuará sendo essencial para construir modelos sustentáveis de trabalho.

Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista do Rio Grande do Sul

Temos a oportunidade de fazer da negociação coletiva o instrumento mais assertivo

FGTS Digital e os riscos da pressa

Rafael Surita Steigleder

A transformação digital promovida pelo governo federal tem alterado a forma como empresas lidam com suas obrigações trabalhistas. A mais recente novidade é a possibilidade de emissão direta de guias para pagamento de débitos vinculados à Notificação de Lançamento do FGTS Confessado (NLFC) dentro do FGTS Digital. Embora a medida represente mais praticidade, ela também reforça um alerta importante: a fiscalização está mais rápida e automatizada.

O aspecto mais sensível dessa nova realidade é a limitação para correções posteriores

Hoje, o eSocial deixou de ser apenas uma ferramenta de envio de informações. Os dados declarados pelas empresas possuem valor jurídico relevante e podem ser considerados uma confissão de dívida.

Na prática, inconsistências identificadas pelos sistemas governamentais podem resultar em notificações e cobranças automáticas.

O aspecto mais sensível dessa nova realidade é a limitação para correções posteriores. Uma vez emitida a NLFC, eventuais retificações para reduzir o valor da cobrança podem não produzir os efeitos esperados. Assim, um simples erro de

preenchimento pode gerar uma obrigação financeira difícil de reverter.

Por isso, a conferência das informações antes da transmissão passou a ser uma medida essencial de gestão de riscos. Investir em controles internos e revisar cuidadosamente os dados enviados ao eSocial é uma forma de evitar custos desnecessários. Mais do que cumprir obrigações legais, trata-se de adotar uma postura preventiva diante de um ambiente fiscal cada vez mais tecnológico e integrado.

Outro ponto que merece atenção é o acompanhamento constante dos canais oficiais. O Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET) concentra o recebimento das notificações, enquanto o FGTS Digital reúne a emissão de guias e negociação de débitos. Além disso, a utilização exclusiva dos canais oficiais reduz riscos de fraudes e garante mais segurança às empresas. Deixar de monitorar esses ambientes pode resultar em perda de prazos e aumento de encargos. Essa rotina deve integrar a gestão.

A mensagem é clara: a tecnologia simplificou o pagamento das obrigações, mas também tornou a fiscalização mais eficiente e rigorosa. Nesse cenário, prevenção, organização e acompanhamento constante das informações trabalhistas são fundamentais para evitar prejuízos. O empresário deve estar atento!

Advogado da área trabalhista do Auro Ruschel Advogados Associados